

The Rise of Emerging Markets and Their Opportunities for Foreign Investment. Challenges and Opportunities

Alfazema, Antonio Jose

Joaquim Chissano University

5 October 2025

Online at https://mpra.ub.uni-muenchen.de/126381/MPRA Paper No. 126381, posted 06 Oct 2025 12:11 UTC

A ascensão dos Mercados Emergentes e suas Oportunidades para Investimentos Estrangeiro. Desafios e Oportunidades.

Alfazema, António José¹

Resumo

Este artigo tem como tema, a ascensão dos mercados emergentes e suas oportunidades para investimentos estrangeiro e o objetivo é analisar as oportunidades e desafios que os mercados emergentes oferecem ao investimento direto estrangeiro (IDE), relacionando-os às teorias clássicas da internacionalização de empresas, como o Modelo de Uppsala, a Teoria da Internalização e o paradigma eclético (OLI), bem como perspectivas complementares, como a visão baseada em recursos (RBV), a teoria institucional e a inovação frugal. O estudo adota uma abordagem qualitativa de carácter descritivo e exploratória, baseada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos. Os mercados emergentes oferecem atratividade em setores estratégicos, como infraestrutura, energia, tecnologia, agronegócio e turismo sustentável, mas enfrentam desafios relacionados à instabilidade política, dependência de commodities, fragilidades institucionais, mudanças climáticas e pressões geopolíticas. O caso de Moçambique é destacado como exemplo da dualidade entre elevado potencial de crescimento e riscos associados a conflitos regionais e dependência de recursos naturais. Conclui-se que, embora os mercados emergentes apresentem riscos relevantes, eles configuram-se como destinos centrais de IDE, desde que acompanhados de estratégias de adaptação empresarial, políticas públicas de diversificação econômica e fortalecimento institucional.

Palavras-chave: Mercados emergentes; Investimento direto estrangeiro; Internacionalização; oportunidades; Riscos e oportunidades.

-

¹ Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais-UFRGS-Brasil; Docente e pesquisador-Universidade Joaquim Chissano-Moçambique.

Abstract

This article focuses on the rise of emerging markets and their opportunities for foreign investment. Its objective is to analyze the opportunities and challenges emerging markets offer for foreign direct investment (FDI), relating them to classical theories of corporate internationalization, such as the Uppsala Model, Internalization Theory, and the Eclectic Paradigm (OLI), as well as complementary perspectives, such as the Resource-Based View (RBV), institutional theory, and frugal innovation. The study adopts a qualitative, descriptive, and exploratory approach, based on a literature review of classical and contemporary authors. Emerging markets offer attractiveness in strategic sectors such as infrastructure, energy, technology, agribusiness, and sustainable tourism, but face challenges related to political instability, commodity dependence, institutional weaknesses, climate change, and geopolitical pressures. The case of Mozambique is highlighted as an example of the duality between high growth potential and the risks associated with regional conflicts and dependence on natural resources. It is concluded that, although emerging markets present significant risks, they are key destinations for FDI, provided they are accompanied by business adaptation strategies, public policies for economic diversification, and institutional strengthening.

Keywords: Emerging markets; Foreign direct investment; Internationalization; Opportunities; Risks and opportunities.

Introdução

O Artigo discute a Ascensão dos Mercados Emergentes e suas Oportunidades para Investimentos Estrangeiros.

A economia global tem assistido a um deslocamento do centro de gravidade econômico para os mercados emergentes. Estimativas do Banco Mundial indicam que, até 2035, seis das dez maiores economias mundiais serão emergentes, incluindo China, Índia, Indonésia e Brasil. Esses países já respondem por mais de 60% do crescimento econômico global, de acordo com o FMI (2024), consolidando-se como motores da expansão mundial. No contexto africano, países como Nigéria, África do Sul e Moçambique despertam interesse crescente de investidores estrangeiros não apenas pela abundância de recursos naturais, mas também pelo

potencial de expansão da classe média, pelo avanço da digitalização e pela integração regional através de iniciativas como a Zona de Livre Comércio Continental Africana. Esse processo torna os mercados emergentes arenas de inovação e de transformação institucional, exigindo adaptações nas estratégias empresariais e políticas nacionais. Este estudo adota uma abordagem qualitativa de carácter descritivo e exploratória, baseada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos em negócios internacionais, bem como na análise documental de relatórios de organismos multilaterais, como Banco Mundial, FMI, UNCTAD e Banco Africano de Desenvolvimento. A metodologia busca compreender os fatores de atratividade e riscos dos mercados emergentes, analisando em detalhe o caso de Moçambique como exemplo representativo. De acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Já a abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas envolvidas, especialmente no que tange às decisões estratégicas de investimento.

Referencial Teórico

O conceito de mercados emergentes varia conforme os autores e instituições. Para o Banco Mundial (2022), são países de rendimento médio em transição para economias de rendimento elevado, enquanto o FMI (2023) os caracteriza por elevado crescimento, mas instituições ainda em consolidação. Khanna e Palepu (2010) enfatizam que esses mercados apresentam lacunas institucionais que podem ser barreiras ou oportunidades para inovação. Além das teorias clássicas da internacionalização, como o Modelo de Uppsala (Johanson & Vahlne, 2009), a Teoria da Internalização (Buckley & Casson, 2021) e o paradigma eclético (Dunning, 1988), perspectivas contemporâneas enriquecem a análise: a visão baseada em recursos (Barney, 1991), que valoriza capacidades dinâmicas; a teoria institucional (DiMaggio & Powell, 1983), que destaca a adaptação às normas locais; e a inovação frugal (Prahalad, 2004), que evidencia soluções de baixo custo e alto impacto social originadas nesses contextos. O economista Antoine Van Agtmael, criador do termo "mercado emergente", utilizou a expressão pela primeira vez na década de 1980 para se referir a países em transição entre economias subdesenvolvidas e desenvolvidas (VAN AGTMAEL, 2007). Já para o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2022), os mercados emergentes se destacam pelo papel crescente no PIB global, pela importância nas cadeias de suprimento internacionais e pela contribuição significativa à demanda mundial.

O investimento direto estrangeiro desempenha um papel central nos mercados emergentes, constituindo uma das principais fontes de capital, tecnologia e conhecimento para economias em desenvolvimento (Dunning, 1993). Ao receber investimento direto estrangeiro, os países emergentes conseguem modernizar os seus setores produtivos, criar empregos, melhorar infraestruturas e aumentar a sua competitividade internacional. Nesse sentido, o investimento direto estrangeiro não se limita a ser um fluxo de capital, mas transforma-se num instrumento estratégico de crescimento e integração económica (Hoskisson et al., 2000). Ele envolve a posse e o controlo de activos produtivos fora do país de origem, conectando-se diretamente ao processo de internacionalização de negócios. As empresas que expandem para mercados emergentes por meio do investimento direto estrangeiro não apenas buscam vantagens de custos ou novos consumidores, mas também procuram consolidar a sua presença global, diversificar riscos e explorar recursos estratégicos (Rugman & Collinson, 2012).

Apesar do dinamismo econômico, tais países enfrentam desafios estruturais como instabilidade política, baixa qualidade institucional, infraestrutura deficiente e elevada dependência de commodities (RODRIK, 2014). Tais fatores tornam o ambiente de negócios mais volátil e exigem maior análise de risco por parte dos investidores. Os mercados emergentes têm se destacado como destino preferencial de fluxos globais de capital produtivo, em razão da combinação entre crescimento da demanda interna, custos de produção mais baixos e políticas de incentivo ao capital estrangeiro. De acordo com a UNCTAD (2023), mais de 50% dos fluxos globais de IDE foram destinados a economias em desenvolvimento, com destaque para países asiáticos e latino-americanos.

Contudo, a atratividade do IDE nesses países está fortemente condicionada a fatores como segurança jurídica, estabilidade macroeconômica e qualidade da governança pública (MORAN; GRAHAM; BLÖMSTROM, 2005). Autores como Rodrik (2008) ressaltam que, para que os investimentos estrangeiros gerem benefícios sustentáveis, é fundamental que os países anfitriões possuam instituições capazes de absorver e difundir os ganhos tecnológicos e produtivos trazidos pelas multinacionais. Ainda segundo Borensztein, De Gregorio e Lee (1998), o impacto positivo do IDE sobre o crescimento econômico depende da capacidade de capital humano local em absorver as externalidades positivas associadas ao investimento, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à educação e à inovação.

Análise e Discussão

Os mercados emergentes ocupam, atualmente, um lugar central nas transformações da economia global. A sua relevância não se restringe apenas à abundância de recursos naturais, mas também ao dinamismo social e ao potencial de inovação que carregam. Ao mesmo tempo, convivem com vulnerabilidades históricas que desafiam a sua consolidação como protagonistas no cenário internacional. É nesta ambiguidade – entre oportunidades vastas e riscos complexos – que se situa a análise crítica destes mercados.

Oportunidades

É incontornável o papel dos mercados emergentes na infraestrutura e urbanização. O crescimento populacional, aliado a uma migração acelerada para os centros urbanos, cria uma necessidade permanente de investimentos em transporte, habitação, saneamento, telecomunicações e energia elétrica. Esta realidade abre espaço não apenas para grandes obras de engenharia, mas também para modelos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e soluções inovadoras de mobilidade urbana, como transportes inteligentes e sustentáveis. Outro eixo fundamental é a energia e a transição verde. A crise climática e a pressão por alternativas energéticas menos poluentes transformaram países com abundância de sol, vento e recursos hídricos em destinos estratégicos de investimento. Na África e na América Latina, multiplicam-se projetos de energia solar, eólica e hidrogénio verde, capazes de não só atender à procura interna, mas também fornecer energia limpa a mercados externos cada vez mais exigentes em termos ambientais.

A transformação digital também é uma marca distintiva destes mercados. O avanço da internet móvel e a disseminação de smartphones criaram terreno fértil para startups e soluções tecnológicas disruptivas. Fintechs, healthtechs e plataformas de e-commerce encontram terreno fértil numa população jovem, conectada e sedenta por soluções práticas que, muitas vezes, substituem infraestruturas físicas ainda deficitárias. Nigéria, Índia e Brasil tornaram-se símbolos desse movimento, atraindo capital de risco internacional.

No campo produtivo, o agronegócio e a segurança alimentar ganham destaque. Com vastas áreas aráveis e condições climáticas favoráveis, países emergentes posicionam-se como celeiros globais, especialmente num contexto em que a demanda mundial por alimentos cresce de forma constante. A modernização do setor, com o uso de biotecnologia e sistemas inteligentes de irrigação, agrega ainda mais valor, abrindo espaço para a agroindústria sustentável. Não menos importante é o potencial mineiro. A crescente procura por minerais críticos – lítio, cobalto, níquel e terras raras – coloca os mercados emergentes no centro da cadeia global de valor das baterias e da mobilidade elétrica. A República Democrática do Congo, Moçambique, Chile e Zimbábue são exemplos claros de como recursos naturais podem redefinir a posição geopolítica de uma nação.

O turismo sustentável surge, por sua vez, como um setor em expansão. Num mundo onde viajantes buscam experiências autênticas, culturais e ligadas à natureza, destinos emergentes oferecem alternativas únicas e menos massificadas. Quando bem estruturado, esse setor contribui para a preservação do património cultural e natural, ao mesmo tempo em que gera emprego e divisas. Finalmente, a juventude demográfica e o crescimento da classe média representam motores de consumo e dinamismo económico. Uma população jovem é, por definição, mais propensa a inovar, a consumir bens e serviços modernos e a participar em novos modelos de negócio. Essa realidade, somada ao aumento do poder de compra de parcelas significativas da população, cria um mercado interno robusto que atrai tanto investidores estrangeiros quanto iniciativas locais.

Riscos e Desafios

Entretanto, o reverso da moeda revela-se igualmente significativo. A instabilidade política, frequentemente marcada por mudanças abruptas de governo, conflitos internos ou fragilidade institucional, continua a ser um dos maiores entraves para investimentos de longo prazo. A ausência de previsibilidade regulatória e a insegurança jurídica aumentam os custos de operação e reduzem a confiança externa. Outro risco estrutural é a dependência excessiva de commodities. Economias que concentram as suas receitas em poucos produtos – como petróleo, gás ou minerais – ficam vulneráveis à volatilidade dos preços internacionais. Basta um choque no mercado global para desestabilizar toda a estrutura fiscal e social de um país, como se viu em Angola ou na Venezuela. As infraestruturas deficitárias são também um entrave histórico. Estradas precárias, portos mal equipados, fornecimento irregular de energia

elétrica e deficiências logísticas aumentam os custos de produção e limitam a integração destes países nas cadeias de valor globais.

O fator corrupção e burocracia não pode ser ignorado. Processos administrativos lentos, práticas ilícitas e falta de transparência corroem a competitividade e geram desconfiança. Investidores estrangeiros, sobretudo os que atuam em setores regulados, enfrentam riscos adicionais ao lidar com sistemas pouco eficientes. No plano macroeconômico, a vulnerabilidade é acentuada pela inflação, pela desvalorização cambial e pelos desequilíbrios fiscais recorrentes. Esses elementos tornam os mercados emergentes altamente sensíveis a choques externos, como crises financeiras ou pandemias globais. A isto somam-se os riscos climáticos, com secas, cheias e outros fenómenos extremos que afetam diretamente setores como o agronegócio e a energia.

Por fim, as pressões geopolíticas configuram outro desafio. Os mercados emergentes, pela sua posição estratégica e abundância de recursos, tornam-se palco de disputas entre grandes potências globais. Essa competição, embora traga investimentos, pode criar relações de dependência e colocar em causa a soberania nacional.

Caminhos de Mitigação

A superação destes desafios requer um conjunto de estratégias articuladas. Joint ventures e parcerias locais permitem reduzir barreiras culturais e regulatórias, ao mesmo tempo em que fortalecem cadeias produtivas nacionais. A diversificação de operações é essencial para reduzir a dependência de um único setor ou produto, criando resiliência em momentos de crise. Por parte dos governos, a consolidação institucional e a promoção de políticas públicas sólidas são indispensáveis. Isso implica reduzir a burocracia, investir em educação e inovação, fortalecer sistemas regulatórios e garantir estabilidade macroeconómica. Adicionalmente, a integração de critérios de sustentabilidade e governança (ESG) deixou de ser uma opção para tornar-se uma exigência dos investidores globais. Projetos que não respeitem parâmetros ambientais e sociais correm o risco de perder competitividade, tanto no acesso a capital quanto no mercado consumidor.

O Caso Africano e Moçambique

O investimento direto estrangeiro (IDE) em África tem se mostrado uma importante fonte de crescimento econômico para muitos países do continente. O IED refere-se à acumulação de ativos produtivos em um país por investidores estrangeiros, e pode ocorrer em diversas formas, como a criação de novas empresas, fusões e aquisições, ou a expansão de operações já existentes. Com a crescente integração econômica continental, como a Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), há grandes expectativas para o aumento do comércio intracontinental e, consequentemente, do investimento. Além disso, a juventude crescente e o aumento da urbanização proporcionam uma base sólida para o crescimento econômico futuro.

A África é considerada a nova fronteira do crescimento global. Investimentos externos, em especial da China, impulsionaram infraestrutura e industrialização em diversos países. Moçambique se destaca pelo gás da Bacia do Rovuma, carvão mineral, energia hidroelétrica e potencial agrícola. Contudo, enfrenta desafios como o conflito em Cabo Delgado, a dependência de commodities e a necessidade de diversificação econômica. A adesão ao Acordo de Livre Comércio Continental Africano cria oportunidades para integração regional e logística. Além disso, o fortalecimento do capital humano por meio da educação técnica e inovação é fundamental para transformar o potencial em desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

Os mercados emergentes consolidam-se como protagonistas da economia mundial, oferecendo oportunidades estratégicas de investimento, modernização tecnológica e integração global. Apesar dos riscos políticos, institucionais e climáticos, estratégias de internacionalização bem planejadas e políticas públicas consistentes permitem transformar desafios em oportunidades sustentáveis. O caso de Moçambique ilustra essa dualidade: elevado potencial aliado a vulnerabilidades estruturais. Para consolidar-se como destino atrativo de IDE, o país precisa investir em diversificação econômica, fortalecimento institucional e estabilidade política. Em síntese, os mercados emergentes não são apenas receptores de investimento, mas plataformas de aprendizado estratégico e inovação que contribuem para redefinir a economia global.

Referências Bibliografica.

African Development Bank. (2023). African economic outlook. African Development Bank. **Banco Mundial**. (2022). Global economic prospects. World Bank.

- **Barney,** J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. Journal of Manageme nt, 17(1), 99–120. https://doi.org/10.1177/014920639101700108
- **Buckley, P. J.**, & Casson, M. (2021). O futuro da empresa multinacional em mercados emergentes. Journal of International Business Studies, 52(5), 879–893.
- **Cavusgil, S. T., & Knight, G.** (2019). A empresa born global: Uma perspectiva empreendedora e de capacidades sobre a internacionalização precoce e rápida. Journal of International Business Studies, 50(9), 1247–1264.
- Cavusgil, S. T., Knight, G., Riesenberger, J., & Yeniyurt, S. (2020). Negócios internacionais: As novas realidades (5ª ed.). Pearson.
- **DiMaggio, P. J., & Powell, W. W.** (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, 48(2), 147–160.
- **Dunning, J. H.** (1988). The eclectic paradigm of international production: A restatement and some possible extensions. Journal of International Business Studies, 19(1), 1–31.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- Hoskisson, R. E., Eden, L., Lau, C. M., & Wright, M. (2000). Strategy in emerging economies. Academy of Management Journal, 43(3), 249–267.
- **Johanson, J., & Vahlne, J. E.** (2009). The Uppsala internationalization process model revisited: From liability of foreignness to liability of outsidership. Journal of International Business Studies, 40(9), 1411–1431.
- **Khanna, T., & Palepu, K.** (2010). Winning in emerging markets: A road map for strategy and execution. Harvard Business Press.
- RODRIK, D. The Globalization Paradox. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- **RODRIK, D.** *Growth after the Crisis.* Harvard University Working Paper, 2008.
- MORAN, T. H.; GRAHAM, E. M.; BLÖMSTROM, M. Does Foreign Direct Investment Promote Development? Washington: Institute for International Economics, 2005
- **MINAYO, M. C. S.** *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- **North, D. C.** (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge University Press.

Prahalad, C. K. (2004). The fortune at the bottom of the pyramid: Eradicating poverty through profits. Wharton School Publishing.

PwC. (2023). The future of fintech in Africa. PricewaterhouseCoopers.

Rugman, A. M., & Collinson, S. (2012). International business (6th ed.). Pearson.

UNCTAD. (2024). World investment report 2024. United Nations Conference on Trade and Development.

UNCTAD. World Investment Report 2023: Investment in Sustainable Energy for All. Geneva: United Nations, 2023

VAN AGTMAEL, A. The Emerging Markets Century: How a New Breed of World-Class Companies Is Overtaking the World. Free Press, 2007.